

ESQUECIDOS, DESCLASSIFICADOS E SEM RAZÃO DE SER? Revisitando a historiografia para localizar o pobre no mundo rural¹

Júlia Leite Gregory*

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é revisitar algumas obras importantes da historiografia brasileira que se dedicaram ao estudo dos pobres no mundo rural, principalmente nos séculos XVIII e XIX, enfatizando aqueles que se detiveram sobre os chamados *lavradores nacionais* no Rio Grande do Sul. Apesar do grupo ter recebido uma variedade de análises desde meados do século XX, sobretudo dentro dos campos das histórias agrária e social, e os pesquisadores terem alcançado avanços a respeito do tema, novos problemas continuam a provocar a ciência histórica na tarefa de desvendar a sociedade do mundo rural.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia; Mundo rural; Pobres; Lavradores nacionais.

Forgotten, downgraded and without reason to be? Revisiting historiography to locate the poor people in the countryside

ABSTRACT: The aim of this article is to revisit some important works of Brazilian historiography dedicated to the study of the poor people in the countryside, especially in the eighteenth and nineteenth centuries, emphasizing those who studied the called national farmers in Rio Grande do Sul. Although the group has received a variety of analyzes since the mid-twentieth century, especially within the fields of agrarian and social history, and researchers have made progress on the topic, new problems continue to provoke historical science in the task to unravel society in the countryside.

KEYWORDS: Historiography; Countryside; Poor; National farmer.

¿Olvidados, descalificados y sin razón de ser? Revisando la historiografía para localizar a los pobres en el mundo rural

RESUMEN: El objetivo de este artículo es revisar algunas obras importantes de la historiografía brasileña dedicadas al estudio de los pobres en el mundo rural, especialmente en los siglos XVIII y XIX, haciendo hincapié en aquellos que se detuvieron por los llamados agricultores nacionales en Rio Grande do Sul. Aunque el grupo ha recibido una variedad de análisis desde mediados del siglo XX, especialmente en los campos de la historia agraria y social, y los investigadores han avanzado en el tema, los nuevos problemas continúan provocando la ciencia histórica en la tarea de desentrañar la sociedad del mundo rural.

PALABRAS CLAVE: Historiografía; Mundo rural; Pobres; Agricultores nacionales.

*Mestra em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atualmente é Doutoranda em História pela mesma Universidade. Contato: Avenida Unisinos, 950, Cristo Rei, CEP: 93.022-750, São Leopoldo-RS, Brasil. E-mail: jlgregory@universo.univates.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8955-7822>.

Durante muito tempo, a historiografia não buscou aprofundar as discussões a respeito das classes subalternas da sociedade, interesse que só se tornaria latente a partir das décadas de 1960 e 1970, quando a escrita da história passou por uma renovação. A cultura popular, o protagonismo dos indivíduos e a história das pessoas comuns passaram a fazer parte dos expedientes de pesquisa de alguns historiadores, como Edward Thompson, Natalie Davis, Emmanuel Le Roy Ladurie, Robert Darnton e Carlo Ginzburg, que contribuíram para a abordagem da *história vista de baixo*. Eram estudiosos insatisfeitos com o modo como a historiografia tradicional invisibilizava uma série de segmentos sociais e deixava em destaque líderes e chefes políticos. Portanto, trataram de ampliar o leque de temáticas e criar uma nova maneira de olhar para a história.

No Brasil não foi diferente e no mesmo período alguns pesquisadores se interessaram pelo estudo das classes inferiores da sociedade brasileira, sobretudo pelos setores que se encaixavam entre os extremos, os escravizados e as elites. Os *homens livres pobres*, como ficaram conhecidos, podem ser uma variedade de indivíduos, como tropeiros, pequenos agricultores e criadores, agregados nas fazendas e pequenos comerciantes, bem como podem se ocupar de mais de uma função. Além da difícil classificação, são sujeitos que não aparecem nas fontes com tanta facilidade, obrigando o pesquisador a criar estratégias na hora de coletar os dados visando a sua melhor identificação. Um exemplo disso é o uso de inventários que, em via de regra, contemplam as pessoas mais abastadas de determinado local, mas cruzando-os com outras fontes e estabelecendo alguns critérios de classificação, tornam-se muito úteis para o estudo das camadas intermediárias. Os registros paroquiais e os processos judiciais também são aliados para a tarefa e passaram a ser bastante explorados no Brasil a partir das décadas de 1960 e 1970, tendo em vista o seu caráter democrático.

Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é revisitar algumas obras importantes da historiografia brasileira que se dedicaram ao estudo dos pobres no mundo rural, principalmente nos séculos XVIII e XIX, enfatizando aqueles que se detiveram sobre os chamados *lavradores nacionais* no Rio Grande do Sul. Embora seja uma ação simplista considerar como pobres todas as pessoas que não eram escravizadas nem pertencentes às classes dominantes, pode-se supor que a maioria não tinha possibilidades de grande enriquecimento. Deste modo, não é objetivo deste artigo esmiuçar esta questão, mas apenas apresentar os indivíduos em questão do mesmo modo que foram tratados nas obras que serão referenciadas. Analisar a população rural do Brasil em tempos em que o espaço urbano estava presente em poucos lugares, é um trabalho complexo e exige algumas escolhas. Sendo assim,

não pretendemos mencionar todas as obras sobre a temática, mas dar preferência àquelas que acreditamos ser as que mais influenciaram outros estudiosos e também às que melhor se dedicaram ao estudo das famílias camponesas ou de pequenos lavradores.

Talvez a primeira pesquisa a lançar luz para o estrato intermediário da sociedade brasileira tenha sido a de Maria Sylvia de Carvalho Franco, socióloga autora da tese de doutoramento *Homens livres na velha civilização do café*, defendida em 1964, e publicada em 1969 com o título *Homens livres na ordem escravocrata*. Franco analisou a região do Vale do Paraíba que, durante o século XIX, ganhou destaque devido à produção de café voltada para a exportação. Para a autora, o próprio sistema mercantil condicionado à escravidão deu origem a uma camada de homens livres e pobres que não estavam integrados a este sistema. Como os latifúndios não eram totalmente ocupados pela produção para exportação, devido ao alto custo das plantações, algumas áreas ficavam ociosas e podiam ser cedidas ao uso de outras pessoas, sem prejuízo do proprietário. Assim, formou-se um grupo destituído de propriedade, mas não de sua posse, e que não estava submetido ao trabalho forçado.²

Utilizando principalmente processos-crime, Franco encontrou um grupo social caracterizado por um modo de vida rural, muito vinculado à natureza, em que a ajuda mútua, a solidariedade, a importância da família e da religiosidade, a preocupação com a sobrevivência do grupo, assim como a violência, estavam presentes nessa cultura rural. E, embora a autora acredite que eram dispensáveis no sistema econômico imposto e “não tinham razão de ser”, a própria autora afirma que os serviços “residuais” oferecidos ao grupo não podiam ser realizados por escravos. Neste sentido, os trabalhos efetuados pelos tropeiros eram fundamentais para as operações mercantis, na medida em que criavam e negociavam animais, conduziam tropas, transportavam mercadorias, auxiliavam no escoamento das safras e no abastecimento das fazendas. O homem livre ainda podia se ocupar com a hospedagem e o abastecimento das tropas, os ranchos e as vendas. Para Maria Sylvia, tanto o tropeiro como o vendeiro tinham a ambição e a possibilidade de ascender economicamente.³

Na visão da autora, a história do pequeno lavrador está vinculada ao estabelecimento da propriedade privada, pois na medida em que o capitalismo avançava sobre a sociedade brasileira, incutindo a exploração lucrativa da terra, os moradores pobres do campo precisaram adaptar o seu estilo de vida, que estava pautado em uma organização que visava a sobrevivência do grupo. Quando ocorriam conflitos pela terra, a legitimidade geralmente era conferida aos grandes fazendeiros, provocando a expropriação dos pequenos camponeses, sendo eles proprietários ou não. Aqueles que não conseguiam continuar com a posse da terra,

produzindo para subsistência e vendendo o excedente, normalmente tornavam-se agregados, moradores de terra alheia que exploravam as áreas improdutivas dos latifúndios sem prejuízo para o proprietário, podendo realizar serviços ao dono da terra e também a outras pessoas. A possibilidade de continuar tendo acesso à terra por parte dos homens livres e pobres levou a autora a defender a hipótese de que devido a essa condição a mão de obra nacional não foi aproveitada na produção de exportação.⁴

De acordo com Franco, um aspecto que unia o tropeiro, o vendeiro, o sitiante e o agregado era a condição de dominação pessoal e subordinação em relação aos fazendeiros. Estes indivíduos eram dependentes e sempre estavam na obrigação de retribuir favores aos grandes proprietários, seja pela ocupação da terra, empréstimos ou concessão de crédito.⁵

Peter Eisenberg, em artigo provocativo publicado originalmente em meados da década de 1970, nos Anais do Museu Paulista, convocou os historiadores a se dedicarem ao estudo dos *homens esquecidos*. A partir do exame do trabalhador livre nacional em São Paulo, no contexto do processo de transição do trabalho escravo para o livre, teve como objetivo criticar a ideia preponderante na historiografia de que a escravidão e o trabalho livre eram sistemas incompatíveis. Ao contrário de Franco, o autor defende que o trabalhador livre nacional teve papel importante na economia do Brasil desde o período colonial e após a abolição, embora neste contexto houvesse preferência pela mão de obra estrangeira. Desempenhava funções que não podiam ser realizadas por escravos, como os cargos de confiança e tarefas perigosas, em que perder um escravo era prejuízo, além de atuar na produção de alimentos para o abastecimento interno, sendo pequeno proprietário ou agregado. Eisenberg também chama atenção para as grandes migrações internas de trabalhadores livres ocorridas ao longo da história brasileira, como a que foi em direção às Gerais, no século XVIII, e aos seringais, no século XIX. “Essas migrações internas novamente comprovam que o elemento nacional era capaz de se comportar como qualquer outro trabalhador livre, respondendo a incentivos positivos no mercado de trabalho”⁶.

Outra obra que se tornou importante na historiografia para o estudo da pobreza e dos homens pobres livres foi a dissertação de mestrado de Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, de 1982. Nesta pesquisa, Souza analisa o processo de engendramento do desclassificado social em Minas Gerais, no século XVIII, se utilizando de uma diversidade de fontes. A justificativa para a escolha da região mineira está no fato de Caio Prado Júnior ter afirmado que nessa região a pobreza foi mais intensa. Souza corrobora com Franco na medida em que também afirma que os

desclassificados sociais foram originados do próprio sistema colonial, amparado no latifúndio exportador e no escravismo. A estrutura econômica da conjuntura era instável, devido às flutuações do mercado internacional, atingindo grande número de pessoas, que se tornavam pobres. Além disso, os desprovidos de cabedal não tinham acesso às fontes geradoras de riqueza e a mão de obra livre não era absorvida na produção comercial.⁷

Souza entende que a camada intermediária da população não tinha um papel claro na sociedade, como era o caso dos senhores e escravos, por isso foi-lhe atribuído o caráter de desclassificação. Não possuía estrutura social configurada, caracterizando-se pela fluidez, instabilidade, trabalho esporádico, incerto e aleatório. Em relação à região das minas, a autora afirma que a atividade atraiu um grande contingente heterogêneo de pessoas, embora o trabalho fosse transitório e itinerante. Poucos eram os proprietários de datas minerais, restando ao homem livre e pobre o garimpo e a faiscação, que mal garantiam a subsistência. A mineração levou muitas pessoas à miséria, inclusive as pertencentes às famílias ricas.⁸

Da mesma forma como Franco se referiu aos pobres do Vale do Paraíba, Souza declara que os desclassificados eram uma gente “sem razão de ser”, um problema social que preocupava as autoridades. Porém, eram úteis na região das minas, pois podiam realizar uma série de tarefas que não podiam ser cumpridas por escravos, como nas bandeiras em busca de arraiais auríferos, nos presídios responsáveis por combater o extravio do ouro e impedir o avanço dos índios, nas obras públicas e lavouras, em corpos de guarda pessoal e polícia privada, no processo de expansão de fronteiras de povoamento e território e nas milícias e corpos militares. Como o ócio dos desclassificados perturbava o funcionamento da economia e o sossego da sociedade, eram empregados em diversas atividades e contribuíam para a manutenção do sistema colonial.⁹

Hebe de Castro, em *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*, estudou o município de Capivary, na província do Rio de Janeiro, durante o século XIX, onde localizou “[...] a convivência entre uma produção escravista [cafeeira] de baixos rendimentos e uma população livre pobre em expansão [...]”¹⁰. A autora tece críticas à Franco, discordando da maneira homogênea como esta caracterizou os homens livres pobres, tanto na condição de pobreza quanto de dependência pessoal. Para Castro, nem todas as categorias sociais elencadas por Franco podem ser identificadas pela condição de pobreza, como os tropeiros, bem como acredita que a dependência em relação aos grandes proprietários possuía significados diversos para cada categoria. A respeito dos sitiantes, Castro comenta que Franco não deixou claro se possuíam escravos e a que tipo de produção agrícola se dedicavam, ao que

responde afirmando que os pequenos lavradores se utilizavam do trabalho escravo apenas de modo tangencial, produzindo para a subsistência e para a troca nos mercados locais.¹¹

No século XIX, Capivary apresentava uma população livre bastante elevada, e que não estava à margem no processo da crise do trabalho escravo, assim como não se caracterizava por uma comunidade camponesa alheia ao circuito comercial. Os pequenos lavradores, embora tivessem uma produção local em situação periférica às grandes linhas do comércio regional e internacional, concentravam suas culturas nos produtos de aceitação comercial nos mercados locais, como o café e a mandioca, para garantir o que não conseguiam produzir. Foram capazes de manter na sua dinâmica social um crescimento demográfico contínuo pelo menos até a segunda década do século XX.¹²

Para identificar o que os pequenos lavradores produziam e o que possuíam, Castro utilizou sobretudo inventários, o que pode ser criticável, mesmo tendo sido selecionados criteriosamente, na medida em que estes documentos geralmente incluem as camadas mais abastadas da população. Assim, encontrou pequenos lavradores que produziam café, mandioca, árvores frutíferas, milho e feijão; que podiam possuir alguns escravos; mas que tinham dificuldade em acessar a propriedade da terra, embora fizessem uso de terras alheias que estavam livres. Por conseguinte, a autora faz parte do movimento historiográfico imbuído na tentativa de enxergar a agricultura brasileira de modo complexo e heterogêneo, para além do latifúndio escravista e exportador.¹³ Nesse mesmo sentido, João Fragoso escreve a respeito das economias regionais brasileiras oitocentistas demonstrando que, além de senhores e escravos, é possível encontrar

“[...] (no século XIX e nos anteriores) outras categorias sociais, outras formas sociais de produção (como a camponesa, com o uso adicional ou não do trabalho cativo) e mesmo outras formas sociais de extorsão de sobre trabalho (a exemplo da pecuária extensiva do Rio Grande do Sul e de Goiás)”.¹⁴

Seja no Sudeste cafeeiro, no Nordeste açucareiro ou no Sul charqueador, a mão de obra livre era utilizada mesmo quando o regime escravista ainda estava em vigor, constituindo diferentes tipos de relações de produção não capitalistas, como o colonato e o sistema de parceria. O latifúndio escravista exportador não era autossuficiente, recorrendo a um mercado interno pré-capitalista para se reproduzir.¹⁵ Por outro lado, pequenos agricultores mestiços que produziam para subsistência e vendiam o excedente nos mercados locais existiam desde o período colonial e contribuíam para o abastecimento do país. Valter Martins analisou este grupo em Campinas, na primeira metade do século XIX e identificou que havia a

possibilidade de acumulação primitiva entre os lavradores, auxiliada pela posse de escravos e engenhos.¹⁶

A partir destas considerações, pode-se dizer que, em termos gerais, o estudo dos homens livres pobres esteve vinculado ao intuito dos pesquisadores de tentar compreender a transição do trabalho escravo para o livre e de complexificar a dinâmica econômica brasileira, identificando que havia muito mais por trás do latifúndio escravista. A historiografia buscou apresentar a sociedade brasileira para além de senhores e escravos e conseguiu superar a ideia de que a camada localizada entre aqueles *não tinha razão de ser*. Priorizou-se a atenção sobre as funções de trabalho que eram ocupadas pela classe intermediária evidenciando-se que esta sempre foi utilizada como mão de obra livre nos mais diversos serviços. Agora, passaremos a percorrer produções sul-rio-grandenses que tiveram o objetivo de lançar luz sobre os lavradores nacionais.

Lavradores nacionais, caboclos e ervateiros: os camponeses no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a expressão *lavradores nacionais* têm sido frequentemente empregada pelos historiadores para se referirem aos homens livres pobres que viviam de pequenas lavouras. A utilização do termo se torna oportuna na medida em que evidencia a diferença do grupo frente aos imigrantes europeus, que também tiveram uma participação importante na agricultura a partir do século XIX. Apesar de entendermos que os últimos constituíram famílias camponesas e de até mesmo ser possível encaixá-los na categoria dos homens livres pobres, fazem parte de uma outra conjuntura, a qual não teria como ser abordada neste artigo. Sendo assim, buscaremos apresentar trabalhos que se detiveram à análise dos pequenos agricultores do Rio Grande do Sul, contemplando a variedade de nomenclaturas utilizadas pelos respectivos autores sem ter a intenção de problematizar a questão. Portanto, para fins práticos, trataremos os lavradores nacionais também como caboclos e, em alguns casos, ervateiros.

O grupo passou a fazer parte das pesquisas quando alguns autores, inspirados por obras como as que citamos acima, se voltaram ao estudo da história agrária regional e perceberam que a estrutura socioeconômica sul-rio-grandense ia além da produção pecuarista, do complexo charqueador e das colônias de imigrantes. Assim, Paulo Zarth foi pioneiro na temática, principalmente no que diz respeito ao processo de ocupação e apropriação da terra e à transição para o capitalismo, analisando sobretudo o século XIX. Zarth afirma que a ocupação efetiva do Sul do Brasil pela Coroa portuguesa, iniciada em meados do século

XVIII, e a política imigrantista do século XIX para a colonização das áreas florestais da província, provocaram a expropriação de lavradores nacionais por meios ilícitos. O acesso à terra por parte de militares foi facilitado pela Coroa, que tinha a intenção de proteger a fronteira. Isso provocou a formação de latifúndios improdutivos e uma região com baixa densidade demográfica. Para solucionar o problema, investiu-se no estabelecimento de imigrantes europeus nas áreas florestais da província, para que produzissem alimentos e aumentassem a população.¹⁷

A chegada desse contingente populacional e a promulgação da Lei de Terras de 1850, que instituiu a compra como única forma de adquirir terra, contribuíram para a valorização fundiária e intensificação do mercado imobiliário. Deste modo, muitos fazendeiros se apropriaram ilegalmente de áreas, fazendo uso de poder político, para participar da colonização privada. Para Zarth, os lavradores nacionais se valiam pouco de títulos legais para as terras que ocupavam, embora fizessem uso da justiça para reclamarem seus direitos. A colheita da erva-mate, atividade importante para o grupo, também foi prejudicada com a privatização dos ervais públicos.¹⁸

Em relação à transição do trabalho escravo para o livre, conjuntura bastante discutida na historiografia brasileira, pode-se dizer que, de acordo com o autor, o caso do Rio Grande do Sul se distingue do Sudeste cafeeicultor, por exemplo, que utilizou o imigrante para substituir o escravo. No Sul do Brasil foi o lavrador nacional que cumpriu esta tarefa, o qual já vinha ocupando postos de trabalho livre desde o início das estâncias pastoris, como nas funções de peão e capataz. A respeito do trabalho agrícola desempenhado pelos lavradores nacionais, o autor informa que era utilizada a técnica da coivara e o solo não era adubado, um método que exige menos trabalho e capital. Essa agricultura tradicional foi encarada como inferior frente às modernas técnicas agronômicas, o que constituía um discurso racista para afirmar a suposta superioridade dos imigrantes e justificar a expulsão dos caboclos. Zarth utilizou uma variedade de fontes em suas pesquisas, como inventários, registros paroquiais de terras, processos judiciais, processos-crime, correspondências das câmaras municipais e relatórios de presidente de província.¹⁹

Em uma perspectiva semelhante à de Paulo Zarth, mas com um recorte temporal mais recuado (1737-1822), Helen Osório contribuiu para a história dos pequenos lavradores na medida em que analisou a constituição da sociedade colonial do Rio Grande do Sul e “[...] o modo como foram construídas as estruturas produtivas mais típicas desse espaço e como ele foi incorporado economicamente ao império português”²⁰. Utilizando inventários e censos,

fontes pouco utilizadas pela historiografia no período, Osório conseguiu identificar unidades produtivas, grandes e pequenas, que se dedicavam simultaneamente à pecuária e à agricultura, sendo o número de pequenas unidades familiares maior que o de grandes propriedades de criação de animais. Por conseguinte, a categoria ocupacional mais numerosa era a dos lavradores, sendo estes considerados os produtores mais pobres, mesmo existindo a possibilidade de possuírem algumas dezenas de reses (a hierarquia social estava pautada na posse de gado vacum). Além disso, encontrou uma diversidade de situações em relação à posse de escravos nas pequenas propriedades, como um complemento à mão de obra familiar, sendo os escravos e a terra os bens mais representativos na composição do patrimônio dos pequenos e médios produtores, embora o acesso a estes bens fosse mais difícil para o grupo do que para grandes estancieiros e negociantes.²¹

Os lavradores tinham origem variada, como os Açores, Colônia de Sacramento, Portugal, Santa Catarina, Espanha, São Paulo, Minas Gerais e Curitiba, demonstrando a diversificada imigração que beneficiou a região. Os meios de produção que utilizavam e que foram listados nos documentos eram bois, carros/carretas, foices de trigo, arado, moinho, forno, prensa, roda e atafona. Plantavam trigo, mandioca, milho, cana-de-açúcar, feijão e produziam farinhas de trigo e mandioca, sendo que provavelmente havia cooperação entre vizinhos e parentes no trabalho agrícola. Deste modo, algumas das contribuições importantes da autora foram mostrar que a terra não tinha pouco valor no período, como afirmava a historiografia, e que “para além da pecuária extensiva, havia um importante contingente de pequenos lavradores dedicados ao cultivo de trigo em pequenas unidades”²². Este cenário levou Osório a defender a hipótese de que a região platina compartilhava uma estrutura produtiva similar no período colonial, baseada em outras pesquisas a respeito do território.²³

A partir daí o interesse dos historiadores a respeito dos lavradores nacionais parece ter aumentado, principalmente para o século XIX, mas agora com um recorte espacial mais específico dentro da província do Rio Grande do Sul. Um dos autores que tem atentado para este grupo é Luís Augusto Farinatti, que demonstra em seus trabalhos a inspiração na micro-história italiana ao fazer uso do cruzamento de diferentes tipos de fontes, da criação de bancos de dados nominativos e do estudo de trajetórias. Analisando a região de Santa Maria, Farinatti encontrou um contingente significativo de pessoas (provavelmente a maioria da população) que utilizava a lavoura de alimentos como forma de subsistência, vendendo o excedente nos mercados local e regional. Para além das características gerais do grupo já apontadas por Zarth, o autor demonstrou que no período analisado (1845-1880), os caboclos eram posseiros

de terras próprias, devido à baixa densidade demográfica das áreas florestais do município até o final da década de 1870, não havendo lavradores que utilizassem terras de outros proprietários. Evidenciou que, embora a maioria vivesse em condições de extrema pobreza, havia a possibilidade de os pequenos produtores alcançarem uma relativa prosperidade, principalmente através do trabalho intensivo da família e com o apoio das redes de solidariedade, bem como de comprarem propriedades após a regulamentação da Lei de Terras. O autor ainda mostrou, por meio de inventários, que o gado não era sinônimo de riqueza na província por si só, pois havia lavradores com fortunas superiores às dos criadores locais, e que ser agricultor não significava necessariamente ser pobre.²⁴

Para Alegrete, região de fronteira e fortemente identificada pela campanha e pecuária, Farinatti investigou alguns aspectos a respeito dos peões que trabalhavam nas grandes fazendas como mão de obra livre (não nos moldes capitalistas) e das famílias que possuíam lavoura e uma pequena quantidade de gado. Evidenciou-se que estas possuíam acesso ao uso da terra, embora ele tenha diminuído ao longo do século XIX e as famílias não fossem proprietárias das terras, na maioria dos casos.²⁵

Boa parte dessa pequena produção tinha traços nitidamente camponeses. Mesmo no caso dos que possuíam escravos, era a reprodução do ciclo familiar que comandava a lógica de aquisição de cativos. Os peões, vistos muitas vezes como homens soltos e sem vínculos sociais e familiares relevantes, na verdade estavam inseridos nessas famílias de pequenos produtores e tinham em seu horizonte a criação de laços familiares e a produção agrária própria. [...] Parte desses pequenos produtores iam empregar-se nas estâncias para trabalho eventual ou aquele de “apenas alguns meses”, recebendo remunerações mais altas do que os peões “de longo tempo” e uma maior parte de seus salários em dinheiro.²⁶

Já o Vale do Taquari recebeu atenção de Cristiano Christillino²⁷, que corroborou as ideias de Zarth ao evidenciar a importância da extração da erva-mate para os pequenos lavradores nas áreas florestais, assim como a expropriação sofrida por estes no processo de privatização fundiária e instalação de imigrantes europeus. O autor se dedicou, principalmente, ao estudo da aplicação da Lei de Terras de 1850, mostrando de que maneira as elites locais excluía os posseiros de terras que estavam asseguradas pela legislação, na maioria dos casos. Além disso, Christillino expôs que os lavradores nacionais criaram uma estrutura produtiva que foi utilizada e intensificada pelos imigrantes, os quais receberam todo o êxito e reconhecimento pelo trabalho. Também ressaltou, com mais ênfase que Zarth, a resistência dos pequenos lavradores pela via judicial, mencionando alguns casos em que venceram processos contra integrantes da elite. A expropriação sofrida por pequenos

posseiros também foi objeto de pesquisa para Graciela Garcia²⁸ que, investigando Alegrete durante o Oitocentos, afirmou que os expropriados foram obrigados a substituir a mão de obra escrava para poderem sobreviver.

Os estudos de Marcio Both da Silva contribuem para a compreensão dos caboclos na medida em que analisam as relações estabelecidas entre nacionais, índios, negros e imigrantes no processo de povoamento do planalto gaúcho durante a segunda metade do século XIX e a Primeira República. Utilizando principalmente processos-crime e relatórios provinciais, evidenciou que as políticas estatais ajudaram a construir o mito civilizador do imigrante europeu em detrimento dos outros grupos sociais, que foram entendidos como inúteis, pouco aptos ao trabalho e com predisposição para o crime e a violência. No entanto, apesar de haver uma preferência pela instalação dos imigrantes nas terras florestais, isso não significa que os outros grupos não demonstraram resistência frente a este processo. O autor também mostrou que cada grupo social tinha um modo específico de se relacionar com o espaço territorial e social, sendo a manutenção da subsistência um aspecto comum a todos.

Como as autoridades da época acreditavam que os nacionais não eram aptos ao trabalho, tinha-se por objetivo transformá-los em pessoas fixadas à terra e economicamente produtivas, tendo em vista a percepção de que eram muito mais inclinados à mobilidade. Nesse sentido, os caboclos foram incentivados a desenvolverem a indústria da erva-mate e a exploração madeireira, durante a Primeira República, devido à convicção de que o grupo tinha habilidade e conhecimento sobre as matas. Contudo, quando os objetivos das autoridades não eram correspondidos, os nacionais continuavam a ser identificados de maneira pejorativa e inferior, caso contrário, era reconhecida sua aptidão ao trabalho.²⁹

A respeito do relacionamento entre caboclos e imigrantes europeus, Silva afirma que as identidades étnicas de ambos os grupos se fortaleceram durante o processo de instalação dos imigrantes e a relação entre as partes foi conflituosa. Os dois grupos lutavam para reproduzir o seu modo de vida camponês, cabendo ao caboclo perpetuar o seu modo de vida através da conquista da fronteira agrícola, atuando como pioneiro na ocupação, algo que dificultou o contato com os imigrantes, mas não o impossibilitou. Já aos imigrantes garantiu-se a reprodução camponesa com o apoio do Estado através da apropriação da terra com a compra de pequenos lotes coloniais.³⁰

A participação dos lavradores nacionais na extração da erva-mate foi explorada por José Paulo Eckert³¹, que analisou a questão na região de Santa Cruz, durante a segunda metade do século XIX. O autor reafirmou a expropriação sofrida pelo grupo diante da

chegada de imigrantes europeus, bem como esclareceu alguns aspectos relativos ao fabrico da erva-mate, que ocorria de modo combinado à lavoura de subsistência e à criação de animais. Os ervateiros, maneira como Eckert denominou os indivíduos que se dedicavam à atividade extrativa e como eram chamados nas fontes analisadas por ele (ofícios e relatórios emitidos pelos diretores da colônia de Santa Cruz e pela Câmara Municipal e processos de legitimação de terras), nem sempre eram proprietários dos ervais, vivendo como agregados e/ou pagando tributos ao dono da terra e compunham um grupo bastante heterogêneo, fazendo parte dele inclusive índios Guarani do antigo aldeamento de São Nicolau. A respeito do modo de vida dos ervateiros, o autor afirmou que a extração da erva-mate

[...] implicava grandes dificuldades, como: viver, ou passar uma temporada, em meio à mata, sem as mínimas facilidades de transporte, tendo que construir seus ranchos e mais a infraestrutura para produção; conviver com as exigências naturais da planta e com a sazonalidade da colheita; negociar sua estada no erval com outros ervateiros e com compradores do produto, mas também com fiscais e/ou proprietários das terras.³²

A importância da erva-mate para o sustento dos caboclos também foi ressaltada por Marcos Gerhardt³³, que pesquisou os ervais a partir da perspectiva da história ambiental. Já Guinter Leinitz³⁴ estudou os pequenos produtores e trabalhadores rurais de Uruguaiana entre 1884 e 1920, buscando entender como estes indivíduos se readequaram na economia local neste contexto de transformação. As características sociais deste segmento populacional encontradas pelo autor são semelhantes às localizadas por Farinatti³⁵ para a Alegrete do século XIX. Leinitz encontrou um cenário onde mesmo com o fim da escravidão, agregados e jornaleiros continuaram dependentes dos patrões, alguns inclusive morando dentro das fazendas, com possibilidades menores de autonomia e com condições de reprodução mais difíceis. As autoridades contribuíam para esta situação proibindo práticas costumeiras da população mais pobre, como a criação em campo aberto, o uso de marcas de gado sem registro e o livre trânsito nas propriedades. Além disso, com o acesso à terra mais restrito, a tolerância para com indivíduos instalados em pedaços de terras com donos reconhecidos tornou-se cada vez menor.³⁶

Por fim, apresentamos dois trabalhos que lançam luz sobre uma parte da população livre do Rio Grande do Sul no final do século XVIII. Rachel Marques³⁷ selecionou para análise um setor intermediário da população de Rio Grande, constituído por indivíduos que possuíam algum tipo de bem. A autora complexificou a noção de hierarquia social, evidenciando que não era apenas a elite que detinha prestígio social. Este, combinado à

condição social e a possibilidades de ganho econômico, ampliava as possibilidades de ações da camada social em estudo, composta por uma variedade de indivíduos. Como a vila de Rio Grande se encontrava em contínua expansão econômica e política no período, oportunizava acúmulo de recursos não só por parte da elite, mas também ao escravo que conseguia comprar sua alforria pagando em trigo colhido. Além disso, constatou que a ascensão social não era o único objetivo que orientava as estratégias destas pessoas, as quais precisavam obter ajuda na próxima colheita, auxílio num momento de doença ou escrever um bilhete a um parente distante. Situações em que alguns dos intermediários mais procurados podiam representar meios de se atingir tais objetivos.

Luciano Gomes, por sua vez, estudou os pequenos e médios produtores envolvidos com a produção de trigo em Porto Alegre e Viamão. Gomes conseguiu avançar nas discussões a respeito do ciclo familiar dos camponeses, identificando que em virtude da limitação patrimonial dos pais e da crescente autonomia dos filhos crescidos, as famílias extensas tendiam a apresentar uma organização não centralizada, de modo que os núcleos domésticos se articulavam com apenas alguns de seus parentes, mas não com todos. O tamanho da área de terra era determinante para a reprodução geracional das famílias: “[...] a quantidade de núcleos domésticos novos que podiam se instalar nas terras paternas, o tamanho destas unidades agregadas, bem como a extensão das parcelas de terras que seriam distribuídas entre os herdeiros quando do falecimento dos pais”³⁸. Com o passar do tempo, aumentava o número de filhos e de escravos nos domicílios. Quando os pais chegavam aos 60 anos, fase em que se iniciava o declínio da presença de filhos nos lares paternos,

[...] aumentava a presença de cativos e os domicílios chegavam ao ápice do seu tamanho. Portanto, antes do declínio mais geral das famílias de lavradores, que ocorria na casa dos 70 anos, os domicílios destes produtores chegavam ao limite da sua capacidade de produção, caracterizada pela presença predominante de indivíduos sob o cativo. Por isso classificamos este sistema de organização da mão-de-obra como camponês e pequeno escravista, pois o ciclo de vida dos chefes de domicílio condicionava a composição de suas residências e o escravismo não só atrasava o declínio dos lares como permitia sua expansão próximo ao fim do ciclo destas famílias. As famílias de lavradores mais ricas eram, também, as mais velhas.³⁹

Considerações finais

Longe de querer esgotar a bibliografia pertinente ao tema, visamos salientar aquelas que mais se destacaram na produção historiográfica, seja pelo uso de fontes, pioneirismo ou resultados alcançados. Sendo assim, podemos dizer que os lavradores nacionais foram investigados principalmente a partir de perspectivas das histórias agrária e social, levando em

consideração sobretudo o processo de ocupação e apropriação da terra no Rio Grande do Sul, as consequências da Lei de Terras de 1850, a instalação de imigrantes europeus e a transição para o capitalismo. O intuito de historiadores como Zarth e Osório de tornar mais complexa a análise da economia sul-rio-grandense também contribuiu para que os pequenos lavradores viessem à tona.

Desde a década de 1980 houve muitos avanços e foi possível detectar que os caboclos compunham um grupo heterogêneo de pessoas, resultante de migrações constantes oriundas de diversos lugares, que produziam alimentos para a subsistência e trocavam o excedente nos mercados locais. Podiam complementar o sustento criando alguns animais, trabalhando como agregados em fazendas e extraindo erva-mate nas áreas florestais, bem como existia a possibilidade de prosperarem e atingirem outros níveis na hierarquia social e econômica, conseguindo inclusive adquirir propriedades após a regulamentação da Lei de Terras. Deste modo, havia famílias proprietárias de terras e também as que utilizavam terras de outrem, podendo possuir escravos como complemento para a mão de obra familiar.

É unânime a ideia entre os historiadores de que os lavradores nacionais foram expropriados no processo de ocupação do território gaúcho, tanto pela Coroa Portuguesa, no período colonial, como pela política de colonização do Império, embora o grupo reconhecesse o seu direito sobre a terra e lutasse na justiça pela posse. Além disso, constatou-se que os caboclos foram utilizados como mão de obra nas estâncias pastoris desde o período colonial, em concomitância com o trabalho escravo e que os imigrantes europeus se utilizaram da estrutura produtiva empreendida pelos pequenos lavradores nas regiões coloniais.

Contudo, ainda há lacunas na historiografia que podem provocar novas pesquisas. Embora sejam considerados pobres, na maioria dos trabalhos, não existem elementos que permitam classificá-los assim categoricamente, como demonstraram alguns autores⁴⁰, portanto, estudos que levassem em consideração níveis de vida e desigualdade social da população, temas caros à História Econômica, contribuiriam para uma problematização mais profunda. Seria interessante também analisar a lógica de migração dessas famílias dentro do Rio Grande do Sul, aspecto que aparece com mais frequência nas pesquisas sobre os imigrantes europeus, mas que traria avanços se aplicado aos lavradores nacionais, tendo em vista que a característica já foi identificada pela historiografia⁴¹.

Reconhecida a heterogeneidade do grupo, o que implica uma diversidade étnica, é preciso desenvolver estratégias que auxiliem no reconhecimento de indígenas e escravos libertos dentro do grupo para aprofundar a pesquisa sobre o tema. No que concerne ao vínculo

dos caboclos com a terra, ainda resta saber qual era o significado dos títulos de propriedade e da própria propriedade privada para eles e como era a participação no mercado da terra, antes e depois da Lei de Terras. Além disso, sabendo-se que se utilizavam dos mecanismos jurídicos do Estado para lutar e legitimar a posse da terra, precisamos compreender qual era a noção/prática de justiça que empregavam. Por fim, e talvez a questão mais urgente a ser resolvida, é o que aconteceu com as famílias expropriadas, principalmente com as residentes nas áreas que receberam imigrantes europeus, os quais ocuparam terras originalmente pertencentes aos pequenos lavradores; o que postula também uma investigação a respeito da utilização, por parte dos imigrantes europeus, da estrutura produtiva criada pelos lavradores nacionais, identificada por Christillino⁴².

Notas

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, [1969]1997.

³ *Ibid.*

⁴ *Ibid.*

⁵ *Ibid.*

⁶ EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989, p. 236.

⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

⁸ *Ibid.*

⁹ *Ibid.*

¹⁰ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 30.

¹¹ *Ibid.*

¹² *Ibid.*

¹³ *Ibid.*

¹⁴ FRAGOSO, João Luís. O Império Escravista e a República dos Plantadores. Parte A: Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 146.

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 1995. 285 p.

¹⁷ ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 27.

²¹ *Ibid.*

²² *Ibid.*, p. 39.

²³ *Ibid.*

- ²⁴ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem: Os lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 1999. 183 p.
- ²⁵ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2007. 421 p.
- ²⁶ *Ibid.*, p. 400.
- ²⁷ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004. 374 p.
- ²⁸ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005. 195 p.
- ²⁹ SILVA, Marcio Antônio Both da. *Babel do Novo Mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2009. 274 p.
- ³⁰ SILVA, Marcio Antônio Both da. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1850-1900*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2004. 183 p.
- ³¹ ECKERT, José Paulo. *O povo dos herveas – entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz, 1850-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2011. 187 p.
- ³² *Ibid.*, p. 124-125.
- ³³ GERHARDT, Marcos. *História ambiental da erva-mate*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2013. 290 p.
- ³⁴ LEIPNITZ, Ginter Tlajja. *“Vida independente, ainda que modesta”*: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (c. 1884 – c. 1920). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016. 285 p.
- ³⁵ FARINATTI, 2007, *op. cit.*
- ³⁶ LEIPNITZ, *op. cit.*
- ³⁷ MARQUES, Rachel dos Santos. *Para além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776 – c. 1800)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. 256 p.
- ³⁸ GOMES, Luciano Costa. *Camponeses e pequenos escravistas: estrutura econômica, reprodução social e vínculos extradomiciliares de produtores rurais em Porto Alegre e Viamão, décadas finais do século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018. 308 p.
- ³⁹ *Ibid.*, p. 309.
- ⁴⁰ *Ibid.*; MARQUES, *op. cit.*; FARINATTI, 1999, *op. cit.*
- ⁴¹ OSÓRIO, *op. cit.*; SILVA, 2004, *op. cit.*
- ⁴² CHRISTILLINO, *op. cit.*

Referências

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação

em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004. 374 p.

ECKERT, José Paulo. *O povo dos herveas* – entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz, 1850-1900). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2011. 187 p.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil* – séc. XVIII e XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem: Os lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 1999. 183 p.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2007. 421 p.

FRAGOSO, João Luís. O Império Escravista e a República dos Plantadores. Parte A: Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 145-196.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, [1969]1997.

GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005. 195 p.

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da erva-mate*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2013. 290 p.

GOMES, Luciano Costa. *Camponeses e pequenos escravistas: estrutura econômica, reprodução social e vínculos extradomiciliares de produtores rurais em Porto Alegre e Viamão, décadas finais do século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018. 332 p.

LEIPNITZ, Ginter Tlajja. *“Vida independente, ainda que modesta”*: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (c. 1884 – c. 1920). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016. 285 p.

MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 1995.285 p.

MARQUES, Rachel dos Santos. *Para além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776 – c. 1800)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.256 p.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SILVA, Marcio Antônio Both da. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1850-1900*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2004. 183 p.

SILVA, Marcio Antônio Both da. *Babel do Novo Mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2009.274 p.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.